



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 33, DE 2024

(n° 748/2024, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome da Senhora DANIELLA XAVIER CESAR, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República da Gâmbia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 748

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **DANIELLA XAVIER CESAR**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República da Gâmbia.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **DANIELLA XAVIER CESAR** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 7 de agosto de 2024.

Brasília, 30 de Julho de 2024

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **DANIELLA XAVIER CESAR**, ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto à República do Senegal e, cumulativamente, junto à República da Gâmbia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **DANIELLA XAVIER CESAR** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 820/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora DANIELLA XAVIER CESAR, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República da Gâmbia.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 09/08/2024, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5985956** e o código CRC **300ECB15** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE **DANIELLA XAVIER CESAR**

CPF: [REDACTED]

ID.: 10.187 MRE

Dados Acadêmicos:

1987	Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS
1991	Mestrado em História da Política Externa pela Universidade de Brasília/DF

Cargos:

1997	Terceira-secretária
2004	Segunda-secretária
2007	Primeira-secretária, por merecimento
2010	Conselheira, por merecimento
2018	Ministra de segunda classe, por merecimento
2022	Ministra de primeira classe, por merecimento

Funções:

1997-99	Coordenação-Geral de Ensino
1999-00	Divisão do Pessoal, assistente
2003-06	Consulado-Geral em Montevidéu, cônsul-adjunta, segunda-secretária
2006-08	Embaixada em Quito, segunda e primeira secretária
2008-10	Departamento de Europa, assessora técnica
2010-12	Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades, coordenadora-geral, substituta
2012-16	Embaixada em Lisboa, conselheira
2016-18	Embaixada em Pretória, ministra-conselheira
2019-22	Embaixada em Dar es Salam, ministra-conselheira
2022	Escritório de Representação no Rio de Janeiro
2022-	Coordenação-Geral de Patrimônio e Acervos

Publicações:

2001	De qué nos van a perdonar?, Compreensão Sobre o Levante Zapatista de 1994 em Chiapas, in Revista Cena Internacional 3, (1) 25-41
------	--

Condecorações:

2010	Medalha da Vitória, Ministério da Defesa
2015	Ordem de Rio Branco, grau de comendador

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SENEGAL



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
JULHO DE 2024**

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República do Senegal
Gentílico	Senegalês, senegalesa
Capital	Dacar (Dakar)
Área	196.722 km ²
População (FMI, 2023)	18,16 milhões de habitantes
Idiomas	Francês (oficial), Wolof, Pular, Jola, Mandinka, Serer, Soninke
Principais religiões	Islamismo (96%); Cristianismo (3%); Outras (1%)
Sistema de governo	República presidencialista (desde maio de 2019)
Poder legislativo	Unicameral: Assembleia Nacional (<i>Assemblée Nationale</i>), com 165 membros
Chefe de Estado (Presidente)	Bassirou Diomaye Faye (desde abril de 2024)
Chefe de Governo (Primeiro-Ministro)	Ousmane Sonko (desde abril de 2024)
Chanceler	Yacine Fall (desde abril de 2024)
PIB nominal (FMI, 2022)	US\$ 27,46 bilhões
PIB PPC (FMI, 2022)	US\$ 72,94 bilhões
PIB <i>per capita</i> (FMI, 2022)	US\$ 1.610
PIB PPP <i>per capita</i> (FMI, 2022)	US\$ 4.130
Variação do PIB (FMI)	4,7% (2022); 6,1% (2021); 1,3% (2020); 4,6% (2019); 6,2% (2018); 7,4% (2017); 6,4% (2016); 6,5% (2015)
IDH (PNUD, 2021)	0,51 (170ª posição entre 191 países e territórios)
Expectativa de vida (PNUD, 2021)	67,1 anos
Índice de alfabetização (PNUD, 2019)	51,9%
Índice de desemprego (PNUD, 2019)	6,6%
Unidade monetária:	Franco CFA da África Ocidental (XOF)
Comunidade brasileira estimada:	200 (est.)

INTERCÂMBIO COMERCIAL

(milhares de US\$, FOB) Fonte: ComexStat/MDIC

Brasil – Senegal	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Intercâmbio	102.106	137.900	90.868	136.567	110.236	140.182	176.524	161.356	298.200	296.816 (-1%)
Exportações	96.043	131.900	86.361	133.460	105.664	135.419	175.860	145.358	295.900	292.327 (-1%)
Importações	6.064	6.001	4.507	3.108	4.572	4.763	664	15.998	2.300	4.488 (+95%)
Saldo	89.980	125.900	81.854	130.352	110.092	130.656	175.196	129.360	293.600	287.839

PERFIS BIOGRÁFICOS

Bassirou Diomaye Faye
Presidente da República



Presidente desde abril de 2024. Formado em Direito e egresso da Escola Nacional de Administração, foi alto funcionário na área fiscal antes de tornar-se em 2024, aos 44 anos, o quinto e mais jovem presidente do Senegal. A promessa de ruptura com o "sistema", a sua origem modesta e culta e a sua lealdade ao líder da oposição Ousmane Sonko (Patriotas Africanos do Senegal pelo Trabalho, Ética e Fraternidade - Pastef), que o indicou como "candidato de substituição", levaram-no à vitória no primeiro turno das eleições presidenciais, apenas 10 dias depois da sua libertação da prisão. Descreve-se como “pan-africanista de esquerda” e defende o reequilíbrio das parcerias internacionais do Senegal, com menor dependência dos países ocidentais, sobretudo a França, e maior aproximação com os países líderes do Sul Global. Ao tomar posse, afirmou que sua eleição expressava "um profundo desejo de mudança sistêmica" e apontou como prioridades do seu governo a reconciliação nacional, a atenuação da crise do custo de vida e o combate à corrupção. Apelidado de "Diomaye" ("o honorável" no idioma da sua etnia, Serer), é muçulmano praticante, tem duas esposas e quatro filhos.

Ousmane Sonko
Primeiro-Ministro



Primeiro-ministro desde abril de 2024, Sonko nasceu em Thiés, em 1974. Principal opositor do presidente senegalês Macky Sall (2012-2024), Ousmane Sonko presidiu a câmara legislativa da cidade de Ziguinchor e o partido Patriotas Africanos do Senegal pelo Trabalho, Ética e Fraternidade (Pastef), fundado em 2014 e dissolvido temporariamente pelas autoridades senegalesas em 2023. Em 2016, enquanto chefe da Inspeção-geral de Impostos e Patrimônios, foi afastado por violação do dever de sigilo, acusação que denunciou como politicamente motivada. Em 2023, foi condenado por “corrupção de jovens” em tribunal de primeira instância de Dacar, com pena de dois anos de prisão e pagamento de multa. Impedido pelo Conselho Constitucional de candidatar-se nas eleições presidenciais de 2024, indicou como seu “substituto” Bassirou Diomaye Faye, vencedor do pleito.

Yacine Fall

Ministra dos Negócios Estrangeiros e da Integração Africana



Chanceler desde 5 de abril de 2024. Economista especializada em desenvolvimento econômico e gestão de políticas públicas, tem grande experiência em organizações internacionais e é uma das principais ideólogas da orientação pan-africanista do governo. Iniciou os seus estudos universitários em espanhol na Faculdade de Letras da Universidade de Dakar antes de interrompê-los e realizar estudos em economia na Universidade de Villetaneuse, Paris XIII e na Howard University (Estados Unidos), onde obteve mestrado. Chefiou o escritório regional da UNIFEM para a África Ocidental e Central, com sede em Dacar. Serviu por 15 anos no sistema das Nações Unidas, durante os quais atuou como Diretora do Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa para o Avanço da Mulher (Instraw), com base na República Dominicana e como Diretora da Divisão Econômica em Nova York. É presidente do movimento Def Lilà Wàr, organização que luta pela independência econômica, justiça social e ética do povo senegalês. Atuou na facilitação do diálogo político entre governos, instituições regionais e grupos de mulheres na África e em outros lugares, incluindo a diáspora africana do Brasil e redes de mulheres jovens no Haiti e no Suriname. Fala fluentemente wolof, inglês, francês e espanhol e possui conhecimentos básicos de português.

Aminata Fall Cissé
Embaixadora do Senegal em Brasília



Nomeada embaixadora em Brasília em fevereiro de 2023. Possui graduação e mestrado em Ciências Jurídicas pela Universidade Cheikh-Anta-Diop, de Dacar. Ocupou a função de chefe de gabinete dos ministros das Forças Armadas (2019–2023), das Relações e dos Negócios Estrangeiros (2017–2019) e da Justiça (2014–2017). Fala francês, inglês e português.

APRESENTAÇÃO

O atual território do Senegal foi habitado por distintos povos e integrou diferentes reinos ao longo dos séculos, incluindo os impérios do Gana, Mali e Songhai. No século XV, exploradores portugueses chegaram à costa senegalesa, seguidos pelos franceses no século XVII, que estabeleceram colônias. O Senegal tornou-se parte importante do comércio transatlântico de escravos. Após o período colonial, o Senegal conquistou sua independência da França em 4 de abril de 1960, sob a liderança de Léopold Sédar Senghor, que se tornou o primeiro presidente do país.

O Senegal está situado no extremo ocidental do continente africano, fazendo fronteira com o Oceano Atlântico a oeste. Tem fronteiras com a Mauritânia ao norte, o Mali a leste, e a República da Guiné e a Guiné-Bissau ao sul. O país é relativamente plano, com o Rio Senegal formando a fronteira norte. A capital, Dacar, está localizada na península do Cabo Verde, uma das extremidades mais ocidentais da África. O clima é tropical, com uma estação chuvosa de junho a outubro e uma estação seca de novembro a maio.

Com uma população de aproximadamente 18 milhões de pessoas, o Senegal é uma nação composta por vários grupos étnicos, incluindo os Wolof, Fulani, Serer, entre outros. O francês é a língua oficial, mas várias línguas locais, como Wolof e Pulaar, são amplamente faladas. A maioria da população é muçulmana sunita, com pequena minoria cristã e de religiões tradicionais africanas. A educação é obrigatória até os 16 anos, e o país tem feito progressos significativos em aumentar a taxa de alfabetização e o acesso à educação.

A economia do Senegal é das mais diversificadas da África Ocidental. O país depende da agricultura, que emprega a maior parte da população, com amendoim, algodão, cana-de-açúcar e arroz sendo as principais culturas. A pesca e a mineração, especialmente de fosfatos, também são setores importantes. Nos últimos anos, o Senegal tem investido em infraestrutura e turismo, tornando-se um destino turístico popular. O país enfrenta desafios econômicos; no entanto, com a descoberta recente de petróleo e gás, há expectativa de crescimento econômico robusto.

O Senegal é uma república democrática com sistema presidencialista de governo. O presidente é eleito por sufrágio universal para mandato de cinco anos e pode ser reeleito uma vez. O parlamento unicameral, a Assembleia Nacional, também é eleito por sufrágio universal. O Senegal é conhecido por sua estabilidade política em uma região frequentemente afetada por conflitos. A transição entre o presidente Macky Sall e o novo presidente Bassirou Diomaye Faye não ocorreu sem intercorrências, inclusive com a prisão do principal opositor do então presidente Sall, Ousmane Sonko, durante o período pré-eleitoral. A posse de Faye, em 3 de abril de 2024, culminou o processo, que manteve a institucionalidade política do país.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES

Embaixador em Dacar	Bruno Luiz dos Santos Cobuccio (desde 2020)
Embaixadora em Brasília	Sra. Aminata Fall Epse Cissé (desde 2023)

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS

Mecanismo	Número de edições	Último encontro
Consultas Políticas	1	Abril de 2021 (videoconferência)
Comissão Mista	8	2013 (Brasília)

Pouco depois da independência senegalesa, ocorrida em 1960, o Brasil abriu, em 1961, sua Embaixada em Dacar. Em 1963, o Senegal abriu embaixada no Brasil – uma das duas únicas embaixadas residentes do país africano na América Latina, sendo a outra a missão em Havana. As únicas embaixadas latino-americanas residentes em Dacar são as de Argentina, Brasil, Cuba e Venezuela.

VISITAS RECENTES DE ALTO NÍVEL

Em dezembro de 2019, o então chanceler brasileiro realizou visita oficial a Dacar e foi recebido pelo presidente Macky Sall, pelo presidente da Assembleia Nacional do Senegal, Moustapha Niasse, e pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros, Amadou Ba. Foram tratados assuntos relativos ao comércio bilateral, à facilitação de investimentos e à cooperação em defesa, entre outros.

Comissão Mista e Consultas Políticas. Criada em 1964 no âmbito do Acordo Cultural entre Brasil e Senegal, e convocada pela primeira vez em 1972, a **Comissão Mista Bilateral** não se reúne desde 2013, quando se realizou sua oitava sessão, em Brasília. A nona reunião, prevista para ocorrer em Dacar, em 2020, foi adiada *sine die* em razão da pandemia da Covid-19. Em seu lugar, as duas partes acordaram realizar, em 16/4/2021, por videoconferência, a **I Reunião de Consultas Políticas**, no marco do Mecanismo de Consultas Políticas estabelecido em 2002. As delegações brasileira e senegalesa foram chefiadas, respectivamente, pelo Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA/MRE) e pelo Chefe do Departamento de Europa, América e Oceania do Ministério dos Negócios Estrangeiros e dos Senegaleses no Exterior (MAESE).

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Arroz e açúcar são itens que tradicionalmente se destacam na pauta exportadora brasileira para o Senegal. As exportações do Brasil também parecem ter sido beneficiadas pela interrupção em 2022 da venda de arroz por parte da Índia (principal origem do que era consumido no Senegal) como parte de uma política de controle dos preços domésticos do produto. No ano de 2023, segundo dados divulgados pela Abiarroz, o arroz quebrado, equivalente a 99% do total exportado para esse país, alcançou US\$ 87,53 milhões, ou 52,3% do total das exportações nacionais para esse tipo de arroz. O Senegal foi o principal comprador de arroz do Brasil em 2023, representando 35,49% do total e uma variação de +12,5% em relação ao ano anterior.

Segundo os dados da Nota de Análise de Comércio Exterior de 2022 da ANSD (Agência Senegalesa de Estatística e de Demografia), o Brasil foi o terceiro principal parceiro comercial senegalês na América, após os Estados Unidos e a Argentina. Quanto ao comércio senegalês com o país vizinho sul-americano, a corrente bilateral naquele ano foi de US\$ 310 milhões, contando com apenas US\$ 25 mil em importações argentinas. A pauta de exportações argentinas concentrou-se em milho (40%); trigo (23%); farinha de trigo (15%); e óleo de soja (14%). Já em 2023, as relações comerciais entre Brasil e Senegal registraram corrente de US\$ 297 milhões. O ano de 2023 manteve série histórica de superávits brasileiros e, com o saldo positivo de US\$ 288 milhões, registrou-se o segundo melhor resultado do último decênio (2014-2023), atrás apenas do saldo de US\$ 294 milhões obtido em 2022.

As exportações brasileiras ao Senegal no ano de 2023 somaram US\$ 292 milhões. A pauta brasileira foi composta predominantemente por cereais, que representaram 40% do valor exportado, e açúcares, que figuraram 34%. Quanto às importações provenientes do Senegal, registra-se o montante de US\$ 4,5 milhões, valor pouco abaixo da média do decênio de US\$ 5,2 milhões, mas distante do ápice registrado em 2021 de US\$ 16 milhões derivado das compras brasileiras naquele ano de fertilizantes minerais ou químicos mistos (59%) e compostos de fósforo (23%). Nesse ano, as importações de origem senegalesa concentraram-se em cobre e outros minérios como titânio, nióbio, tântalo, vanádio e zircônio (93% do total).

Ao longo da história das exportações brasileiras para o Senegal, os estados de São Paulo (açúcar) e Rio Grande do Sul (arroz) têm alternado como a principal origem dentre as demais unidades da federação. Em 2023, São Paulo contribuiu com 35% do total das exportações, enquanto o Rio Grande do Sul representou 32%.

Em 2023, o Senegal seguiu como o quarto principal destino das exportações brasileiras na África Central e Ocidental (após Nigéria, com US\$ 976 milhões; Libéria, US\$ 416 milhões; e Gana, US\$ 297 milhões) e o 11º em toda a África (0,78% do total exportado para o continente). Quanto aos produtos brasileiros do reino vegetal, o Senegal foi o maior importador da sub-região (concentrando mais de 30% do valor total importado pelos 20 países) e o 5º maior do continente africano (3% do total exportado para o continente), atrás apenas da Argélia, Egito, Marrocos e Tunísia.

Entre janeiro e junho de 2024, as exportações para o Senegal cresceram 120% em relação ao mesmo período do ano anterior. A corrente de comércio entre os dois países no primeiro semestre deste ano já alcançou US\$ 243,2 milhões, indicando uma tendência a repetir o salto quantitativo observado em 2022, quando o comércio bilateral quase dobrou.

De acordo com o Banco Central, não há registro de fluxo ou de estoque de investimentos brasileiros no Senegal, tampouco de investimentos senegaleses no Brasil. Representantes do governo senegalês vêm manifestando interesse na atração de investimentos brasileiros, sobretudo no âmbito do “Plano Senegal Emergente”, estratégia

de desenvolvimento adotada pelo governo senegalês em 2012 que visa a conferir ao Senegal a condição de “país emergente” até 2035. Autoridades senegalesas destacam oportunidades em infraestrutura, moradias populares, energia e eletrificação rural, agroindústria, exploração mineral e turismo.

Não obstante a falta de dados sobre fluxo de investimento no âmbito do Banco Central, há informação sobre investimento da empresa brasileira Nutriplus Alimentação no Senegal, integrando a Thiagar Alimentos, primeira “joint-venture” brasileiro-senegalesa, que iniciou suas operações em maio de 2014 na produção e comercialização de arroz no país (o consórcio é formado pela brasileira Nutriplus Alimentação, a senegalesa CNT e pequenos investidores). A empresa Queiroz Galvão manteve até 2018 escritório de representação em Dacar.

Dívida soberana

O Senegal se beneficiou da suspensão do pagamento da dívida pública no âmbito da iniciativa DSSI (“Debt Service Suspension Initiative”), negociada no G20 e no Clube de Paris para criar espaço fiscal nos países mais pobres para lutar contra a pandemia. O Brasil aderiu à iniciativa, como parte dos dois agrupamentos.

Iniciativas de promoção comercial

Em novembro de 2022, o ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar do Senegal informou ao embaixador brasileiro estar sendo estudada a compra, do Brasil, de touros guzerá de linhagem de corte para melhorar a qualidade do plantel local. Nas décadas de 1970 e 1980, o Senegal efetuou importação de reprodutores guzerá do Brasil, cuja produção foi muito apreciada no país. O embaixador brasileiro aventou novas possibilidades de cooperação comercial, sobretudo no tocante a **maquinário agrícola**, e sugeriu visita ao Brasil, possivelmente durante o Agrishow, em maio de 2023. Fora recentemente noticiada na imprensa local a compra, pelo governo senegalês, de 700 tratores agrícolas fabricados na Espanha, bem como o interesse das autoridades locais de adquirir no mercado internacional outras unidades de tratores e maquinaria agrícola em geral.

Chegou a Dacar em maio de 2023, a bordo de voo fretado da Ethiopian Airlines, a segunda e última **remessa de touros guzerá**, comprados de criatórios brasileiros, totalizando 310 cabeças. A operação foi realizada pela empresa brasileira **GBC Internacional**, que havia acolhido, no Brasil, missão comercial senegalesa chefiada pelo presidente da União Nacional dos Pecuáristas do Senegal, para selecionar touros reprodutores, no âmbito de programa de melhoramento genético do rebanho, subsidiado pelo governo senegalês. A missão comercial, efetuada pela Associação de Melhoramento da Genética Bovina do Senegal (GEPES, na sigla em francês), visitou 14 criatórios de referência na raça guzerá, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. A visita, preparada pela GBC Internacional, empresa especializada em exportação de gado em pé, commodities e logística, em coordenação com o Consulado Honorário do Senegal em São Paulo, insere-se no âmbito de programa do governo senegalês que subsidia em até 50% a compra de animais para melhoramento genético do rebanho senegalês, com vistas a aumentar a produtividade de carne e leite no país. Em entrevista à mídia local, o Secretário-Geral do Ministério da Pecuária, Ousmane Mbaye, destacou a importância do projeto para o setor bovino, que prevê a importação de mil animais da raça guzerá pelos próximos dez anos, para alcançar a autossuficiência em carne.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

O Programa de Cooperação Brasil-Senegal tem como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal (21/11/1972). No passado, envolveu inclusive a doação de aeronave para pulverização de inseticida, no contexto de projeto de combate ao gafanhoto desenvolvido nos anos 2000.

Em atenção a demanda senegalesa, foi realizada missão de prospecção da ABC, em fevereiro de 2023, em coordenação com instituições brasileiras especializadas em integração agrossilvipastoril, como a Embrapa e a Universidade Federal de Rondonópolis, para elaboração de projeto de cooperação em agroflorestas, pecuária e unidades agroecológicas. Destacam-se os seguintes projetos:

a) Projeto PAIS-Naatangué. Denominado formalmente "Fortalecimento de práticas agroecológicas para o estabelecimento de sistema participativo de certificação no programa de fazendas 'Naatangué' no Senegal", o projeto teve vigência até 31/12/2023 e envolveu, do lado brasileiro, a ABC, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO/RJ) e a Empresa e Consultoria Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS); do lado senegalês, a principal entidade participante foi a "Agence Nationale d'Insertion et de Développement Agricole" (ANIDA). O objetivo do projeto foi o de aumentar o número de unidades agroecológicas no Senegal. Os investimentos foram da ordem de US\$ 1,6 milhão; com contribuição brasileira de pouco mais de US\$ 1 milhão e, do Senegal, de US\$ 550 mil.

b) Projeto Cotton Senegal (bilateral). Formalizado pela ABC, pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e pela Associação Mineira dos Produtores de Algodão (AMIPA), em agosto de 2019. O objetivo do projeto é contribuir para o fortalecimento das atividades socioeconômicas ligadas à cadeia de valor do algodão, por meio do aumento da produtividade do algodão nas comunidades de produtores da região do Thiès, no Senegal, durante um período de 36 meses. O orçamento total é de pouco mais de US\$ 1,6 milhão. A contribuição brasileira corresponde a US\$ 1,5 milhão e a contrapartida senegalesa, a US\$ 139 mil.

c) Projeto regional "Integração Africana para o Melhoramento Genético Durável do Algodão". Assinado em janeiro de 2021, tem por objetivo criar rede sustentável de intercâmbio de material genético do algodão entre o Brasil e os 15 países parceiros africanos desta iniciativa de cooperação técnica Sul-Sul, inclusive o Senegal, de modo a reforçar o setor algodoeiro dos países envolvidos.

d) Projeto Centros de Referência em Censos com Coleta Eletrônica de Dados. Executado no âmbito da cooperação trilateral sul-sul entre o Brasil e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o projeto está em execução, assinado em setembro de 2016 e com orçamento de US\$ 278 mil. Trata-se do maior projeto no âmbito da parceria entre o Brasil e o UNFPA. Seu objetivo é transformar os institutos nacionais de estatística do Senegal (*Agence Nationale Statistique et de la Démographie du Sénégal*, ANSD) e de Cabo Verde (Instituto Nacional de Estatística, INECV) em referências regionais no uso de tecnologias de coleta eletrônica de dados a partir da troca de experiências com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A primeira fase foi executada entre 2017 e 2019, tendo sido concluída em junho de 2019.

Durante esse período, Senegal e Cabo Verde prepararam-se para a utilização da coleta eletrônica de dados, da qual dominam atualmente todos os fundamentos técnicos. Documento de Projeto referente à segunda fase foi assinado em setembro 2022.

e) Apoio ao projeto Grande Muralha Verde da União Africana. O projeto da Grande Muralha Verde, proposto em 2007, coordenado pela União Africana, consiste em plantar árvores em 100 milhões de hectares na região do Sahel, que se estende do Senegal a Djibouti. Apesar de que 65% do Sahel já está desertificado, 80% da sua população ainda depende da agricultura para sobreviver. O projeto pretende, a longo prazo, reduzir os impactos dos efeitos climáticos, bem como impedir o avanço do processo de desertificação nos países participantes (Senegal, Níger, Nigéria, Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Chade, Sudão, Eritreia, Djibouti e Etiópia).

A participação brasileira visa a contribuir, de maneira geral, para a redução do êxodo rural e mitigar a insegurança alimentar no país, tendo em vista que poderá concentrar esforços na gestão da água como problema central para produção de alimentos de origem animal e vegetal num processo integrado ILPL (lavoura, pecuária e floresta). Contempla o interesse do governo senegalês no desenvolvimento sustentável da Grande Muralha Verde por meio de um modelo de cooperação técnica Sul-Sul, e poderá servir de exemplo aos demais países que compõem o projeto regional da muralha, ensejando oportunidade para ampliar a atuação do governo brasileiro em ações de meio ambiente em escala continental, em parceria com a União Africana.

Outros projetos

Entre as iniciativas de cooperação já executadas, cabe registrar os projetos “Apoio ao Combate ao Gafanhoto no Senegal” (que envolveu a doação de avião ao lado senegalês para a fumigação de inseticida), “Apoio ao Programa de Luta contra a Anemia Falciforme no Senegal” (que deu apoio à implementação de sistema de triagem neonatal para anemia falciforme no país) e “Apoio ao Desenvolvimento da Rizicultura no Senegal” (envolveu a cessão de variedades de arroz desenvolvidas pela Embrapa). Iniciativa exitosa no âmbito da agroecologia, ademais, resultou na a instituição da Agência Nacional para Inserção e Desenvolvimento Agrícola (ANIDA). O Brasil também emprestou mais de 20 mil PDAs (computadores de mão) ao governo do Senegal em apoio ao censo nacional de 2013.

Em iniciativa que não envolve a ABC, a então embaixadora do Senegal no Brasil visitou, em abril de 2020, unidades do **Instituto Daniel Franco (IDF)** em Uberaba e Patos de Minas, MG, e manifestou, na ocasião, interesse no desenvolvimento de projetos de formação nos setores agropecuários e em cooperação com o Instituto Senegalês de Pesquisas Agrícolas. Sediado em Uberaba, o IDF tem oferecido, desde 2019, cursos de capacitação técnica no ramo da pecuária para profissionais de diversos países africanos. Realizou missões à Zâmbia, ao Quênia e à Nigéria. Outra vertente de ação do IDF é a prestação de serviços de assistência técnica e exportação de material genético bovino. A entidade indicou interesse em “projetos de cooperação que envolvam as linhagens leiteiras e de corte brasileiras, sobretudo as raças Guzerá, Gir e Sindi, além de se propor apresentar técnicas nacionais de produção de leite”.

Em setembro de 2022, a chancelaria senegalesa comunicou que as autoridades competentes do país concordaram com o projeto de parceria com o IDF para capacitação de mão-de-obra agrícola, exportação de frango, pesquisa e combate a gafanhotos.

Prospecção de projetos

Ao longo de 2023, foram realizadas duas missões ao Senegal e uma ao Brasil, para diagnóstico e elaboração do projeto de cooperação técnica em desenvolvimento sustentável agrossilvipastoril de comunidades rurais em ecovilas e na região da iniciativa denominada Grande Muralha Verde. O projeto poderá contribuir para garantir autonomia alimentar, geração de empregos verdes, promoção do desenvolvimento local sustentável, promoção da preservação e recuperação das florestas. Na missão ao Brasil, em fevereiro de 2023 foi realizada prospecção na área agrossilvipastoril, em apoio ao projeto "Grande Muralha Verde". A missão, integrada por representantes da ABC, da EMBRAPA e da Universidade Federal de Rondonópolis/Aliança SIPA, teve por objetivo a troca de informações e de experiências sobre o tema mencionado e a realização de visitas técnicas a algumas ecovilas implantadas no Senegal, nas regiões de Thies (Makoumbel e Keur Elage) e de Fatick (Tolou Keur e o Viveiro Comunitário). Na interlocução mantida com a Agência Senegalesa de Reflorestamento e da Grande Muralha Verde (ASERGMV), a missão brasileira buscou identificar em quais áreas poderia contribuir conjuntamente para o projeto sobre o desenvolvimento sustentável agrossilvipastoril em algumas ecovilas do país e na região da Grande Muralha Verde. A programação não incluiu visitas de campo na região da Grande Muralha Verde, o que deverá ser objeto de outra missão brasileira exclusiva em localidades específicas identificadas pela parte senegalesa.

O Programa Mais Alimentos Internacional (PMAI)

O Programa Mais Alimentos Internacional (PMAI) foi desenhado com o objetivo de desenvolver a segurança alimentar dos países beneficiados, estimular exportações de máquinas e equipamentos agrícolas brasileiros e fazer avançar as relações diplomáticas do Brasil com países em desenvolvimento. Foi articulado em torno da execução de projeto de cooperação técnica e da concessão de crédito à exportação com recursos do Proex. Surgiu como iniciativa de cooperação capitaneada pelo Itamaraty com participação do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário e o antigo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, decorrente do “Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural”, ocorrido em Brasília, em 2010.

O Senegal foi o quarto país africano a aderir ao PMAI, após Moçambique, Gana e Zimbábue. O setor agrícola senegalês envolve mais da metade da mão de obra local e contribui para a formação de parcela significativa do PIB do país. A produção nacional de alimentos no Senegal corresponde a 70% do consumo interno. O programa, contudo, foi encerrado em 2020.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Desde 2010, o Brasil vem apoiando o governo senegalês na resposta a desastres e no fortalecimento da segurança alimentar, de políticas públicas de transferência de renda e da participação social do setor de saúde pública. O governo brasileiro fez as seguintes doações humanitárias para atender a necessidades do governo senegalês:

(a) em 2010, US\$ 500.000,00, por meio da Embaixada do Brasil, para a aquisição local de bens emergenciais para vítimas de inundações;

(b) em 2011, US\$ 1.551.480,30 para o desenvolvimento do programa “Purchase from Africans for Africa” (PAA África), com o apoio do Programa Mundial de Alimentos (PMA) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO);

(c) em 2012, 9,7 mil toneladas de arroz, por meio do PMA, com valor declarado de US\$ 4.605.165,25;

(d) em 2014, US\$ 18.400,00, por meio da FAO, para projeto de fortalecimento do programa senegalês de transferência de renda e de participação social em políticas públicas para erradicação da fome e da pobreza;

(e) em 2015, US\$ 254.800,00, por meio do PMA, para cobertura parcial de custos associados da doação de alimentos do governo senegalês;

(f) em 2021, 432,5 mil comprimidos do medicamento Praziquantel 600mg, empregado no tratamento da malária, com valor declarado de US\$ 84.448,36.

COOPERAÇÃO EM DEFESA

Vertente relevante do relacionamento bilateral, a cooperação em defesa tem grande potencial de crescimento. O estreitamento dos laços bilaterais nessa área resultou na assinatura do **Acordo de Cooperação em Defesa**, em agosto de 2010, e na criação da Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica brasileira no Senegal (cumulativa com Benim e Togo) em outubro de 2013. Há espaço para avançar no âmbito da cooperação naval, tendo em vista as perspectivas coincidentes dos dois países com relação ao espaço compartilhado do Atlântico Sul, e ainda para fortalecer a cooperação em treinamento para operações de manutenção da paz.

Há interesse senegalês em **cursos de formação e aperfeiçoamento**, e o Brasil tem oferecido vagas em suas academias militares, bem como em cursos de curta duração. No âmbito do Acordo-Quadro de Cooperação Técnica na área de Defesa entre o Departamento de Administração Interna do Ministério da Defesa e a ABC, foram selecionados 10 militares senegaleses para participar, em 2020, de cursos no Brasil. Em 2021, 12 militares do Senegal participaram de cursos na Academia da Força Aérea, na Academia Militar das Agulhas Negras, no Instituto Militar de Engenharia e na Escola Naval. Para o ciclo de 2022, foram solicitados vistos para sete estudantes militares senegaleses, a fim de frequentarem cursos no Centro de Instrução Almirante Alexandrino (Rio de Janeiro), na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Rio de Janeiro) e na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, em Resende, RJ). Entre 2009 e 2020, 73 militares senegaleses receberam formação no contexto da parceria entre o Ministério da Defesa e a ABC.

Além disso, Brasil e França são os únicos países a designar oficial para a Escola Nacional de Oficiais da Ativa, em Thiés, e sargento para a Escola de Suboficiais da Ativa, em Kaolak. Militares brasileiros foram também designados para ministrar curso na área de engenharia militar.

A Marinha do Brasil participou, também, em 2023, assim como havia participado em 2021 e 2022, da Comissão GUINEX-III. Coordenada pela Marinha do Brasil, a ação tem como objetivo estreitar laços de amizade entre a Marinha do Brasil e as Marinhas e Guardas Costeiras de países costeiros da África, com ações de interoperabilidade e intercâmbio de boas práticas. A fragata "Liberal" esteve em Dacar entre 18 e 21 de setembro de 2023.

Durante a XXXVII Viagem de Instrução de Guardas-Marinha (VIGM), o Navio-Escola "Brasil" (U27) visitou Dacar entre 30/11 e 3/12/2023.

CPLP

O Senegal é estado observador associado à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) desde 2008. Estima-se que o idioma seja estudado atualmente por cerca 47 mil pessoas no Senegal, que abriga, ademais, numerosas comunidades cabo-verdiana e bissau-guineense. A Universidade Cheikh Anta Diop (UCAD) contava, em maio de 2023, com cerca de 2.300 alunos de portugueses. Leitora brasileira na UCAD, a professora Heide Matos Duarte relatou haver grande interesse pelo ensino do português e dos temas culturais brasileiros entre os alunos da instituição, sugerindo que tal interesse certamente justificaria a implantação, na universidade, de um centro de estudos brasileiros, com espaço semelhante àquele hoje ocupado pelo centro português. Note-se que, na região de Ziguinchor, fronteira à Guiné-Bissau, o crioulo bissau-guineense, formado a partir do encontro do português com línguas autóctones da região, é a língua cotidiana da população. Esse elemento integrou o arrazoado senegalês de acesso ao estatuto de Observador Associado da CPLP.

COOPERAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

Em junho de 2005, foi assinado o “Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal no Domínio da Proteção e Promoção dos Direitos Humanos e da Inclusão Social”, que está em vigor.

A “Délégation Générale à la Protection sociale et à la Solidarité nationale du Sénégal” (DGPSN) realizou missão ao Brasil em setembro de 2023 para obter informações sobre a “nova política de proteção social” brasileira, especialmente sobre o Programa Bolsa Família, “no qual o Senegal inspirou-se fortemente para implementar o Programa Nacional de Bolsas de Segurança Familiar” (PNBSF). A delegação senegalesa foi recebida por vários secretários e pelo ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias. A delegação foi recebida também pelo ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, e pela assessoria internacional do Ministério da Educação.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

A cooperação educacional com o Senegal está amparada pelo Acordo Cultural firmado entre os dois países em 1964 e em vigor desde 1967.

No período de 2000 a 2022, foram selecionados 73 estudantes senegaleses para o Programa de Estudantes-Convênio de **Graduação** (PEC-G) e 10 para o Programa de Estudantes-Convênio de **Pós-Graduação** (PEC-PG). As áreas apontadas pelo governo senegalês como prioritárias para a concessão de vagas foram Medicina e Ciências da Saúde; Engenharia; Arquitetura e Urbanismo; Ciências Agrárias e Ciências do Meio-Ambiente. Os PECs oferecem a estudantes de países em desenvolvimento a oportunidade de realizar seus estudos de graduação ou pós-graduação em instituições de ensino superior brasileiras, não havendo cotas de vagas por país. Os candidatos à graduação devem custear suas despesas no Brasil (somente pequeno número de participantes é contemplado com bolsas). Os de pós-graduação recebem bolsa mensal CAPES ou CNPq no mesmo valor que a oferecida aos estudantes brasileiros.

O Instituto Rio Branco, por sua vez, recebeu, no âmbito de seu programa de bolsistas estrangeiros, existente desde 1976, apenas um aluno do Senegal, em 1995. Não há memorando de entendimento entre as academias diplomáticas dos dois países. O tema foi tratado na I Reunião de Consultas Políticas, em 2021.

O Brasil conta com **leitora** brasileira em Dacar no âmbito do Programa Leitorados Guimarães Rosa. A função é desempenhada pela professora Heide Matos Duarte.

ASSUNTOS CONSULARES

Comunidade brasileira no Senegal

Não há consulados do Brasil no Senegal, sendo a comunidade brasileira – atualmente estimada em 285 pessoas – atendida pela Embaixada em Dacar. A maior parte dos nacionais que vivem naquele país são missionários cristãos. Há também nacionais brasileiros, muitas vezes com dupla ou tripla nacionalidade, entre os integrantes da comunidade libanesa instalada no Senegal. Não há registro de brasileiros presos no país. Existe acordo sobre isenção de vistos para PADIP e PASOF, em vigor desde 2005. Passaportes comuns de brasileiros que visitem o Senegal estão isentos de visto para permanência de até 30 dias.

Em julho de 2020, no contexto da pandemia de Covid-19, 25 brasileiros beneficiaram-se do fretamento de voo pelo governo brasileiro para o transporte de nacionais para o Brasil durante o período de maior dificuldade para o trânsito internacional, devido ao cancelamento de voos e ao fechamento de aeroportos. Os 25 passageiros, entre os quais havia missionários, idosos, pessoas em situação vulnerável e crianças, embarcaram para Acra, de onde seguiram para o território brasileiro.

Comunidade senegalesa no Brasil

Dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) da Polícia Federal indicam que, em 2018, 1.794 senegaleses entraram com pedido de cadastro para a emissão de Registro Nacional Migratório (RNM) como residentes. A maioria desses imigrantes são homens (97,5%) com residência em Rio Grande do Sul (55,9%), São Paulo (19,6%) e Paraná (8,3%). Desde 2017, senegaleses são os que mais receberam autorizações de residência pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIG).

A migração de senegaleses para o Brasil se intensificou a partir de 2013, na esteira do ingresso irregular de haitianos no Brasil pelo Acre. O itinerário dos migrantes senegaleses compreendia, principalmente, a rota aérea Dacar-Madri-Quito. A partir do Equador (que até agosto de 2019 dispensava a exigência de visto à luz da “política de cidadania universal”), seguiam até a região fronteira do Brasil com o Peru. Ao chegar a Assis Brasil (AC), solicitavam refúgio. Em 2019, verificou-se um declínio do número de pedidos de RNM: de janeiro a agosto, foram realizadas apenas 170 solicitações.

POLÍTICA INTERNA

Em setembro de 1958, o Senegal tornou-se uma República Autônoma no âmbito da Comunidade Francesa. Em 4 de abril do ano seguinte, sob o patrocínio da França, uniu-se ao Sudão Francês (atual Mali) para formar a Federação do Mali, que se tornou independente em junho de 1960. Em agosto desse mesmo ano, o Senegal rompeu o vínculo com a Federação, declarando-se independente e elegendo como presidente o escritor e poeta **Léopold Sédar Senghor**.

Nos 20 anos do governo Senghor, que se reelegeu diversas vezes com o Partido Socialista Senegalês (PS, única agremiação política legal no país até 1974), o Senegal adotou política econômica de orientação socialista moderada. Em dezembro de 1980, Senghor anunciou sua aposentadoria e, em conformidade com a Constituição, indicou como sucessor o então primeiro-ministro **Abdou Diouf** (no cargo desde 1970). Diouf deu seguimento ao processo de consolidação do pluralismo político e da abertura democrática, além de reduzir a intervenção estatal na economia. Vitorioso nas eleições de 1983, aumentou seus poderes ao abolir o cargo de primeiro-ministro, que seria recriado em 1991. Foi reeleito em 1988 e 1993 sob acusações de fraude, mas o resultado dos escrutínios acabou confirmado pela Justiça.

Nas eleições presidenciais de 2000, **Abdoulaye Wade**, do Partido Democrático Senegalês (PDS) derrotou Diouf e deu início a reformas econômicas de cunho liberal, bem como maior aproximação com a China e os países árabes, a fim de contrabalançar as estreitas relações econômico-financeiras com a França. Nova Constituição foi aprovada em 2001. Em 2007, Wade foi reeleito com 55,9% dos votos. Sua vitória já no primeiro turno foi contestada pela oposição, que boicotou o pleito legislativo do mesmo ano (como resultado, a coalizão liderada pelo PDS conquistou 131 das 150 cadeiras da Assembleia Nacional). A crescente impopularidade do governo, em seu segundo mandato, fez-se sentir nas eleições locais de 2009, quando o partido governista sofreu grande derrota para a oposição.

Nas eleições presidenciais de 2012, Wade foi derrotado por **Macky Sall**, da Aliança pela República (APR), que obteve 67% dos votos válidos no segundo turno e foi eleito para mandato de sete anos. Em julho do mesmo ano, no pleito parlamentar, a coalizão de Macky Sall assegurou ampla maioria na Assembleia Nacional. Em 2014, porém, após o resultado negativo da coalizão governista nas eleições locais realizadas em junho, Sall levou adiante ampla reforma ministerial. A primeira-ministra **Aminata (“Mimi”) Touré**, cuja administração se caracterizara pela ênfase nas políticas sociais, foi substituída por **Mahammed Dionne**, que se concentrou na execução do Plano Senegal Emergente, estratégia de desenvolvimento adotada em 2012 que visa a conferir ao Senegal a condição de “país emergente” até 2035.

Eleito em 2012, o Presidente Macky Sall reelegeu-se em 2019, já no primeiro turno, para um mandato de cinco anos. Nas eleições legislativas de 2022, a coligação presidencial elegeu 82 deputados, dos 165 que compõem a Assembleia Nacional, alcançando frágil maioria absoluta após receber o apoio de um parlamentar independente. O resultado foi considerado um golpe duro para o governo e uma rejeição à hipótese do terceiro mandato de Sall. Em 2024, foi eleito o presidente Bassirou Diomaye Faye e tomou posse como primeiro-ministro Ousmane Sonko. As eleições de 2024 constituíram resolução de crise política que se iniciara em 2022.

POLÍTICA EXTERNA

O Senegal goza de boa reputação internacional e mantém 48 representações diplomáticas no exterior (a embaixada em Brasília é a única na América Latina). O país tem participação ativa em fóruns regionais, como a União Africana (UA), cuja presidência de turno exerceu em 2022, e a Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), e internacionais, como a ONU. Dacar é sede do Escritório das Nações Unidas para a África Ocidental e o Sahel (UNOWAS) e de diversos escritórios regionais e sub-regionais de organizações internacionais e ONGs.

Sem descuidar de seus aliados tradicionais, como França e Estados Unidos, o Senegal tem buscado diversificar suas parcerias, ampliando os laços de cooperação com países como China, Brasil, Índia, Turquia, Marrocos, Israel, Arábia Saudita e Canadá. É Observador Associado da CPLP desde 2008. Em discurso à Assembleia Nacional, em dezembro de 2022, o primeiro-ministro Amadou Ba afirmou que a política externa senegalesa objetiva diversificar parcerias, "sem exclusão ou exclusividade", "com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros para gerar riqueza compartilhada". Nesse sentido, Dacar estaria empenhada em "explorar possibilidades de cooperação com países emergentes da Ásia, América Latina" e demais países africanos.

O contexto regional também é prioritário para a diplomacia do Senegal. A chancelaria senegalesa confere grande importância ao relacionamento com os vizinhos (Gâmbia, Mauritânia, República da Guiné, Guiné-Bissau e Mali), à atuação no âmbito da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e à projeção do país no contexto da União Africana (UA).

O país tem importantes interesses securitários e econômicos na **Guiné-Bissau**, com o qual compartilha fronteira tradicionalmente instável. Apoiou ativamente a atuação da CEDEAO na mediação da crise no país lusófono, tendo enviado tropas para participar da missão da entidade na Guiné-Bissau (ECOMIB, 2012-2020). Os dois países dividem área marítima que foi objeto de disputa ao longo das décadas de 1970 e 1980, em controvérsia que só seria solucionada em 1993, quando foi assinado acordo de gestão compartilhada. O acordo garante ao Senegal 85% de toda a produção de hidrocarbonetos que, eventualmente, venha a ocorrer na região.

No que diz respeito ao **Mali**, preocupa o Senegal a ameaça de propagação de ideias e grupos religiosos radicais oriundos do país vizinho. Nesse contexto, o governo senegalês apoiou a intervenção francesa no Mali e contribuiu com tropas para as operações de manutenção da paz no país, com participação ativa na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA).

As relações com a **Gâmbia** foram delicadas ao longo da história e mais ainda durante o governo gambiano de Yahya Jammeh (1994-2017). O Senegal foi ator fundamental na saída de Yahya Jammeh do poder. Este se negou a aceitar a vitória de Adama Barrow nas eleições presidenciais de 2017, gerando grave crise institucional. O Senegal chegou, inclusive, a enviar tropas para a Gâmbia a fim de reforçar a segurança pessoal do presidente-eleito. Após forte pressão diplomática e militar, Jammeh deixou o poder e exilou-se na Guiné Equatorial. Os serviços de segurança senegaleses preocupam-se com a presença de partidários do ex-presidente Jammeh na Mauritânia, Guiné e Guiné-Bissau.

ECONOMIA

Panorama

A economia do Senegal caracteriza-se, no contexto regional, por ser relativamente diversificada e dinâmica. Devido à sua localização geográfica, o país constitui um *hub* comercial na África Ocidental. O governo senegalês tem mantido política econômica liberal, que privilegia cortes orçamentários e privatizações, bem como diálogo fluido com instituições como o FMI e o Banco Mundial. Reformas recentes aprimoraram o ambiente de negócios, o que permitiu ao Senegal subir várias posições no ranking “*Doing Business*” do Banco Mundial nos últimos anos, chegando à 123ª colocação em 2019, último ano de publicação do ranking (em 2017, ocupava a 147ª posição).

O PIB senegalês registrou crescimento de 7,4% em 2017, 6,2% em 2018 e 4,6% em 2019 (dados do FMI). Em 2020, ano mais afetado pela pandemia de Covid-19, teve, ainda assim, variação positiva, 1,3%, e em 2021 voltou ao patamar pré-pandemia, com crescimento de 6,1%. Em grande medida, o crescimento senegalês tem sido creditado ao continuado investimento público ao abrigo do Plano Senegal Emergente, lançado pelo presidente Macky Sall em 2012.

Segundo dados do FMI divulgados após missão ao Senegal em outubro de 2022, a inflação no país atingiu, em agosto desse ano, 11,2% a.a, nível recorde nas últimas décadas, devido sobretudo à inflação de alimentos, de 17,3% em agosto de 2022 com relação a 2021.

No plano fiscal, o FMI aponta que, apesar do aumento de receitas do governo em 2022, superior ao esperado, o forte aumento dos subsídios à energia levou o governo a adiar gastos em investimentos, para buscar conter o déficit orçamentário em 6,2% do PIB. Trata-se de déficit muito acima da previsão de 4,8% constante no orçamento anual do governo, e mais que o dobro da meta da UEMOA, de 3%.

Nova missão do FMI a Dacar teve lugar em novembro de 2022, no contexto das últimas revisões do Instrumento de Coordenação de Políticas e da Linha de Crédito Stand-By com o país. O chefe da missão, Edward Geymael, considerou o quadro geral da economia senegalesa como positivo, embora tenha apresentado recomendações para a redução da dívida pública no médio prazo.

Apesar do cenário desafiador no curto prazo, o FMI manteve as perspectivas favoráveis de expansão do PIB senegalês em 2023 e 2024, de 10%, em média, em função do início da exploração de campos de petróleo e gás. Não obstante, o Fundo ressalta a necessidade de o governo senegalês ampliar medidas para melhorar a arrecadação de receitas e racionalizar gastos não prioritários, além de reduzir subsídios à energia, a fim de evitar o descontrole da dívida pública e permitir direcionar recursos para as parcelas mais vulneráveis da população.

Com efeito, o FMI reforçou a recomendação de ampliar alocação de recursos por meio de programas de transferência de renda “bem direcionados”. Em maio de 2022, o governo havia concedido benefício único de FCFA 80 mil (US\$ 127) para mais de 500 mil famílias cadastrada no “Régistre Nationale Unique”, ao custo total de FCFA 45 bilhões (US\$ 71 milhões). Geymael considerou as medidas de tabelamento de preços de alimentos (entre outros) instauradas pelo governo como “importantes no atual contexto inflacionário”, contanto que “sejam direcionadas e limitadas no tempo”. As declarações

do funcionário do FMI foram interpretadas como prenúncio de aprovação de crédito de US\$ 213 milhões (FCFA 135 bilhões) solicitado pelo Senegal.

Em termos de integração regional, o Senegal foi o primeiro país a adotar e implementar a Tarifa Externa Comum da União Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA) e um dos primeiros a assinar o acordo de criação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA). O país implementou reformas de incentivo portuário para tornar o porto de Dacar mais atrativo e seguro e está implementando regulamentação regional relevante com essa finalidade. Na mesma linha, construiu estradas e pontes de ligação com Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Mali e Mauritânia. Em 2017, as exportações do Senegal para os membros da CEDEAO contabilizaram 39,5% do total de exportações, e as exportações para os membros da UEMOA, 30,3%.

Como membro da UEMOA, o Senegal tem política monetária administrada pelo Banco Central dos Estados da África do Oeste (BCEAO), cujos principais objetivos são controle da inflação e manutenção da paridade entre o franco CFA e o euro. Se, por um lado, o pertencimento à zona do franco ocidental implica incapacidade de executar política monetária verdadeiramente autônoma, com impactos na competitividade e no desenvolvimento de um sistema financeiro local, por outro, assegura ambiente macroeconômico estável, favorável aos investimentos externos, e mantém a inflação em níveis baixos (previsto pelo FMI para ser de 3,9% em 2024).

Setores da economia

O setor primário, que tem como principais atividades o cultivo de amendoim, algodão e milho, bem como a pesca, responde por 16,5% do PIB e constitui fonte de emprego para a maioria da população economicamente ativa (54%). A agricultura do país é altamente vulnerável a variações nos níveis de chuva (apenas 5% das terras cultivadas são irrigadas), bem como a flutuações nos preços das *commodities*. A região de Casamansa, praticamente isolada do restante do território senegalês pela Gâmbia, é importante área de produção agrícola, mas não dispõe de infraestrutura que permita explorar com eficiência seu potencial. O setor pesqueiro é importante fonte de divisas, embora a pesca artesanal predomine. As exportações de produtos do mar, cujo principal mercado é a União Europeia, representam aproximadamente 15% do valor que o país exporta anualmente. A pesca também tem papel importante na geração de empregos formais e informais. Estima-se que o setor empregue mais de 200 mil pessoas. A indústria, responsável por pouco mais de 24% do PIB, compreende o processamento de produtos agrícolas, as refinarias de petróleo e a mineração de fosfato, que constitui importante fonte de divisas para o país. O setor de serviços (cerca de 60% do PIB) engloba as atividades comerciais – bastante desenvolvidas – e a relevante indústria do turismo.

O Mali é o principal parceiro comercial do Senegal e principal destino das exportações senegalesas (em 2020, respondeu por 20% destas, no valor de US\$ 825 milhões), inclusive com produtos de alto valor agregado, como cimento e manufaturados, além de produtos petrolíferos. Além disso, em 2021, 68,2% das trocas comerciais do Mali passavam pelo porto de Dacar e o Senegal era a terceira maior fonte de investimentos diretos no país (após a Austrália e o Canadá) com mais de FCFA 50 bilhões anuais (cerca de US\$ 78,5 milhões).

Segundo dados do Banco Mundial, as remessas financeiras da diáspora senegalesa atingiram, em 2022, US\$ 2,7 bilhões (cerca de 10% do PIB), fazendo do Senegal o quarto maior destino de remessas na África subsaariana, após Nigéria, Gana e Quênia.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
800-1200	Período do Império do Gana, que influenciou a região senegalesa.
1200-1600	O Império do Mali e, posteriormente, o Império Songhai dominaram a região, trazendo prosperidade através do comércio trans-saariano.
1444	Chegada dos primeiros exploradores portugueses à costa senegalesa, iniciando o comércio de escravos com a Europa.
1659	Fundação de Saint-Louis pelos franceses, que se tornou um importante centro comercial e a primeira colônia francesa na África Ocidental.
1848	Abolição da escravatura em todas as colônias francesas, incluindo o Senegal.
1946	O Senegal é integrado à União Francesa, permitindo maior participação política dos senegaleses.
1958	O Senegal se torna uma república autônoma dentro da Comunidade Francesa.
1960	O Senegal, juntamente com o Sudão Francês (atual Mali), forma a Federação do Mali, que se desfaz rapidamente. Em 20 de agosto de 1960, o Senegal declara sua independência completa da França. Léopold Sédar Senghor se torna o primeiro presidente.
1981	O Senegal e a Gâmbia formam a Confederação Senegâmbia, que é dissolvida em 1989.
2000	Abdoulaye Wade vence as eleições presidenciais, marcando a primeira transição pacífica de poder através das urnas no Senegal.
2012	Macky Sall vence Abdoulaye Wade nas eleições presidenciais, consolidando a tradição democrática do Senegal.
2024	Bassirou Diomaye Faye toma posse como presidente do Senegal.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Em agosto de 2012, o então Ministro das Relações Exteriores visitou Dacar, sendo recebido pelo primeiro-ministro Abdoul Mbaye e pelo secretário-geral dos Negócios Estrangeiros, Papa Omar Ndiaye. Em março de 2013, realizou-se a VIII Sessão da Comissão Mista Bilateral, em Brasília.

O então presidente senegalês, Macky Sall, em carta enviada em janeiro de 2013 à Presidente Dilma Roussef, qualificou o Brasil de “grande parceiro” e solicitou apoio em diversas áreas. Os dois mandatários encontraram-se em duas ocasiões: à margem da Rio+20 (junho de 2012) e da Cúpula ASA (fevereiro de 2013), realizada em Malabo, Guiné Equatorial. O presidente Sall também enviou carta em novembro de 2016, quando da tragédia envolvendo os atletas do Chapecoense.

Ndiaye retornaria ao Brasil em janeiro de 2015, para a cerimônia de posse da presidente, Dilma Roussef. Em setembro daquele ano, o chanceler brasileiro visitou

Dacar e manteve encontros com o presidente Macky Sall, com o primeiro-ministro Mahammed Dionne e com o chanceler Ndiaye, e presidiu a abertura do I Fórum Empresarial Brasil-Senegal.

Em março de 2018, o presidente Macky Sall cancelou sua participação no 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília, para acompanhar investigação sobre acidente aéreo militar que mobilizou o Senegal. Fez-se então representar pelo primeiro-ministro Mahammed Dionne, que se reuniu com o então Presidente da República à margem do evento. (A 9ª edição do Fórum, inicialmente prevista para 2021, foi realizada no Senegal, em março de 2022).

Em 2019, o então chanceler brasileiro visitou o Senegal. Em 2021, realizou-se a I Reunião de Consultas Políticas, por videoconferência.

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

Título do Acordo	Data Celebração	Status da Tramitação
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal para a implementação do projeto "Apoio ao Programa da luta contra a Drépanocytose no Senegal"	11/08/2009	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal para implementação do projeto "Apoio ao Desenvolvimento da Rizicultura no Senegal"	25/05/2009	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal para Implementação do Projeto "Apoio a Desenvolvimento da Horticultura no Senegal"	16/05/2007	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal relativo à implementação do projeto de Capacitação Técnica em Sistemas de Produção de Pecuária de Corte de Leite no Senegal.	16/05/2007	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da	16/05/2007	Em Vigor

República do Senegal para Implementação do Projeto “Apoio ao Combate ao Gafanhoto no Senegal”		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal para Implementação do Projeto "Apoio ao Programa Nacional de Biocombustíveis no Senegal"	16/05/2007	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal nas Áreas de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural	09/06/2005	Em Vigor
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal no Domínio da Proteção e Promoção dos Direitos Humanos e da Inclusão Social	09/06/2005	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	09/06/2005	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Senegal sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos ou de Serviço	14/04/2005	Em Vigor
Comunicado Conjunto por Ocasão da Visita do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à República do Senegal, nos dias 13 e 14 de abril de 2005	14/04/2005	Em Vigor
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal sobre Cooperação Técnica na Área do Controle Biológico de Gafanhotos	16/01/2005	Em Vigor
Comunicado Conjunto entre o Brasil e Senegal	16/01/2005	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas	19/06/2002	Em Vigor
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do	23/08/1988	Em Vigor

Brasil e o Governo da República do Senegal		
Comunicado Conjunto Brasil – Senegal	16/06/1981	Em Vigor
Protocolo sobre Cooperação nas Áreas de Cinema, Rádio e Televisão, Adicional ao Acordo Cultural de 23 de setembro de 1964, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República de Senegal	02/02/1979	Em Vigor
Comunicado à Imprensa entre a República Federativa do Brasil e a República do Senegal	07/11/1977	Em Vigor
Declaração Conjunta Brasil – Senegal	28/11/1974	Em Vigor
Declaração Conjunta Brasil – Senegal	21/11/1972	Em Vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal	21/11/1972	Em Vigor
Acordo Comercial entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Senegal	23/09/1964	Em Vigor
Acordo Cultural entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Senegal	23/09/1964	Em Vigor

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

GÂMBIA



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
JULHO DE 2024**

DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República da Gâmbia
Gentílico:	Gambiano
Capital:	Banjul
Área:	11.295 km²
População (FMI, 2019):	2,349 milhões de habitantes
Língua oficial:	Inglês
Principais religiões:	Islamismo (90%); Cristianismo (9%); crenças tradicionais (1%)
Sistema de Governo:	República presidencialista
Poder Legislativo:	Assembleia Nacional (<i>National Assembly</i>); Parlamento unicameral composto por 53 membros (48 eleitos por sufrágio universal e 5 indicados pelo Presidente); mandatos de 5 anos
Chefe de Estado e de Governo:	Presidente Adama Barrow
Chanceler:	Mamadou Tangara
PIB (FMI, est. 2019):	US\$ 1,77 bilhão
PIB PPC (FMI, est. 2019):	US\$ 6,45 bilhões
PIB <i>per capita</i> (FMI, est. 2019):	US\$ 755,05
PIB PPC <i>per capita</i> (FMI, est. 2019):	US\$ 2,75 mil
Variação do PIB (FMI):	4,4% (2022); 4,3% (2021); 0,6% (2020); 6,2% (2019); 7,2% (2018); 3,5% (2017); 2,2% (2016); 4,3% (2015); 0,9% (2014)
IDH (PNUD, 2019):	0,466 (174º)
IHDI (PNUD, 2019):	0,293
Expectativa de vida (PNUD, 2019):	61,7 anos
Índice de Alfabetização (BAD, 2018):	42%
Índice de desemprego (BM, 2019):	8,9%
Unidade Monetária:	Dalasi
Comunidade brasileira estimada:	15

INTERCÂMBIO COMERCIAL

(US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – Gâmbia	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	84.805	96.315	78.897	82.134	90.637	89.164	79.127	126.708	107.492	113.842 (6%)
Exportações	83.756	96.281	78.890	82.098	90.635	89.160	79.006	120.041	107.492	113.836 (6%)
Importações	1.049	34	7	36	2	3	122	6.667	846	29,6 (642%)
Saldo	82.707	96.247	78.883	82.062	90.633	89.157	78.884	113.374	107.491	113.829 (6%)

PERFIS BIOGRÁFICOS

Adama Barrow

Presidente



Nascido em 1965. Tornou-se o terceiro presidente da Gâmbia em janeiro de 2017. Empresário do setor imobiliário, foi tesoureiro do partido oposicionista” United Democratic Party” (2013-2016), antes de lançar candidatura à presidência da República (2016), encabeçando coalizão de sete partidos, contra o ex-presidente Yahya Jammeh. Tomou posse em janeiro de 2017 na Embaixada de Gâmbia em Dacar (Senegal), tendo em conta a recusa inicial de deixar o governo por parte de Jammeh.

Mamadou Tangara

Ministro das Relações Exteriores



Nascido em 1965. É mestre em Demografia pela Université Catholique de Louvain (Bélgica) e mestre e doutor em Ciências Sociais pela Université de Limoges (França). Foi professor e reitor da Universidade da Gâmbia. Foi coordenador de escritório encarregado de autorizar projetos financiados pela União Europeia e conselheiro do presidente Yahya Jammeh para temas referentes à UNESCO. Foi chanceler em dois períodos anteriores (2010-2012, 2012), além de ministro da Pesca, Recursos Hídricos e Assuntos Legislativos, ministro da Educação Superior, Pesquisa, Ciência e Tecnologia e representante permanente da Gâmbia junto às Nações Unidas (2013). Foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros pela terceira vez, agora sob Adama Barrow, em 2018.

APRESENTAÇÃO

A Gâmbia, localizada na costa oeste da África, tem história marcada por comércio e colonização. Primeiramente habitada por povos mandingas, serer e wolof, a região tornou-se importante centro de comércio transaariano. Os portugueses foram os primeiros europeus a chegar, em 1455, seguidos pelos britânicos no século XVII. Em 1765, a Gâmbia tornou-se colônia britânica. O país alcançou a independência em 18 de fevereiro de 1965, com Dawda Jawara como seu primeiro presidente. A história recente inclui um golpe militar em 1994 liderado por Yahya Jammeh, que governou até 2017, quando Adama Barrow foi eleito presidente.

A atual Constituição da Gâmbia foi adotada em 1996. Embora o documento estabeleça uma separação clara entre os Poderes e haja uma série de instituições independentes, como a Comissão Eleitoral e o Conselho Nacional de Educação Cívica, o Executivo tem perfil preponderante.

A Gâmbia é uma república presidencialista. O presidente da República é eleito por sufrágio universal (a idade mínima dos eleitores é 18 anos) para um mandato de 5 anos. O Legislativo (Assembleia Nacional) é unicameral, com 53 membros, sendo 48 eleitos e 5 nomeados pelo Executivo. Elege-se apenas um parlamentar por circunscrição eleitoral, em sistema de maioria simples.

A Gâmbia tem população de aproximadamente 2,4 milhões de pessoas. Os principais grupos étnicos são os mandingas, fulas, wolof, jolas e serer. A língua oficial é o inglês, mas várias línguas locais, como mandinga, wolof e fula, são amplamente faladas. O islamismo é a religião predominante, com cerca de 95% da população sendo muçulmana, enquanto o cristianismo e religiões tradicionais africanas são praticados por minorias. A educação é obrigatória até os 16 anos, e a taxa de alfabetização está em crescimento, embora desafios persistam em áreas rurais.

A economia da Gâmbia é baseada principalmente na agricultura, turismo e remessas de emigrantes. A agricultura emprega a maior parte da força de trabalho, com amendoim sendo a principal cultura de exportação. O turismo constitui fonte significativa de receita, com a Gâmbia sendo um destino popular devido às suas praias e parques naturais. No entanto, a economia enfrenta desafios como a pobreza, desemprego elevado e infraestrutura subdesenvolvida. Recentemente, esforços têm sido feitos para diversificar a economia e atrair investimentos estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES

Embaixador em Dacar (cumulativo com Banjul)	Bruno Cobuccio
Embaixador da Gâmbia (residente em Washington)	Momodou Lamin Bah (<i>agrément</i> concedido em março de 2023)

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS

Mecanismo	Número de edições	Último encontro
Comissão Mista Bilateral (criada em 2005)	-	-

As relações diplomáticas com a Gâmbia foram estabelecidas em 1965, ano da independência daquele país, e vêm sendo acompanhadas pela Embaixada em Dacar, Senegal, uma vez que o Brasil não mantém embaixador residente em Banjul.

A representação da Gâmbia junto ao governo brasileiro foi historicamente cumulativa com a Embaixada gambiana em Washington. Em 2009, o governo da Gâmbia comunicou sua intenção de transferir a jurisdição diplomática sobre o Brasil para sua Embaixada em Caracas, mas não há, atualmente, embaixador gambiano acreditado.

Brasil e Gâmbia mantêm acordos de Cooperação Técnica, de Cooperação Esportiva e sobre Criação de Comissão Mista, assinados em 2005, por ocasião da visita do então Presidente gambiano, Yahya Jammeh, ao Brasil.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

A cooperação técnica bilateral com Gâmbia está amparada no Acordo Básico de Cooperação Técnica, assinado em 09/08/2005 e promulgado em 19/05/2011.

A pauta de cooperação técnica Brasil-Gâmbia se deu nas áreas de agricultura e alimentação escolar, não havendo, no momento, projetos de cooperação técnica em execução.

O país apresentou demanda de cooperação bilateral na área de agricultura (beneficiamento de amendoim e produção de arroz), o que poderia vir a ser objeto de tratativas com a Agência Brasileira de Cooperação – ABC.

Não há registro de ações humanitárias desde a criação da Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária na ABC em 2017. No âmbito da extinta Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome (CGFOME), em 2011, registra-se, doação de alimentos, no valor de US\$ 2.373.795,18.

A República da Gâmbia participa, eventualmente, de ações de intercâmbio da iniciativa regional de cooperação técnica trilateral com organismos internacionais na

área de alimentação escolar (Programa de Execução para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar) executada em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como instituição brasileira cooperante, e o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA), em Brasília.

Está em execução o projeto PMA – “Programa de Execução para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar”.

VISITAS RECENTES DE ALTO NÍVEL

O então Presidente gambiano, Yahya Jammeh, visitou o Brasil em 2005. Em maio de 2010, o Ministro do Planejamento Econômico e Desenvolvimento Industrial da Gâmbia veio ao Brasil para participar do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Em 2011, ano em que o intercâmbio bilateral alcançou valor recorde, as trocas comerciais entre Brasil e Gâmbia alcançaram o total de US\$ 101 milhões, em crescimento considerável desde o início dos anos 2000, quando a cifra girava em torno de US\$ 25 milhões. Em 2019, as trocas somaram US\$ 79 milhões, que corresponderam quase totalmente às exportações brasileiras para o mercado gambiano. Responsável por volume entre 6,15% e 7,8% do total importado pela Gâmbia (número que varia conforme a fonte da estimativa), o Brasil é a terceira ou quarta principal origem das importações gambianas, cujo comércio internacional é fortemente concentrado na China, no Senegal e na Índia.

Em 2023, os exportadores brasileiros venderam para o país africano principalmente açúcar (45%), arroz (32%) e carnes (13%), somando US\$ 113 milhões, um aumento de 6% em relação ao ano anterior. Já as importações somaram um número irrisório de 30 mil, sendo majoritariamente ferramentas (76%) e aparelhos elétricos (23%).

ASSUNTOS CONSULARES

Não há estimativas precisas de brasileiros residindo na Gâmbia. A edição de 2022 do Relatório Comunidades Brasileiras no Exterior estima que há 15 brasileiros na Gâmbia. Não há acordos entre Brasil e Gâmbia sobre isenção de vistos, nem acordos bilaterais de cooperação jurídica, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e pedidos de cooperação jurídica em geral, com base em compromisso de reciprocidade.

POLÍTICA INTERNA

A Gâmbia tornou-se parte do Império Britânico no século XIX. O país conquistou autonomia total em 1962 e chegou à independência em 1965, mantendo a rainha Elizabeth II como chefe de estado. Após a emancipação formal, Dawda Jawara, fundador do Partido Progressista Popular (PPP), manteve-se no cargo de primeiro-ministro, que ocupava desde 1962. Em 1970, chegaria à presidência, depois de declarada a república como consequência de referendo popular realizado naquele ano.

Depois da tentativa de golpe de 1981 e em resposta aos crescentes desafios enfrentados pelo país no início dos anos 1980, o governo Jawara iniciou, em 1985, ambicioso programa de reformas voltado a dinamizar a economia gambiana. Apesar dos resultados positivos colhidos inicialmente, as expectativas acabariam frustradas e, em 1992, a Gâmbia continuaria sendo um dos países mais pobres da África. Frente à persistência da crise, o governo recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) naquele mesmo ano. Em 1994, o presidente Jawara acabou deposto pelo tenente Yahya Jammeh.

Yahya Jammeh foi chefe do conselho de governo provisório entre 1994 e 1996, quando foi declarado vencedor das eleições realizadas naquele ano e assumiu formalmente a Presidência do país. Seu partido, a APRC, tornou-se a força majoritária na Assembleia Nacional a partir de 1997. Jammeh seria reeleito em 2001, 2006 e 2011. Em 2013, retirou o país da Comunidade (*Commonwealth*) britânica. Em 2015, transformou a Gâmbia, oficialmente, em uma república islâmica.

Em dezembro de 2016, Jammeh foi derrotado nas eleições presidenciais por Adama Barrow, que se candidatou por uma coalizão de sete partidos de oposição. Inicialmente, o Presidente Jammeh reconheceu a derrota, mas, pouco depois, denunciou irregularidades na votação e anunciou que não deixaria o poder.

Ainda em dezembro de 2016, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) enviou representantes a Banjul para tentar solucionar a crise. Com o fracasso da missão, a organização anunciou que enviaria tropas à Gâmbia caso o Presidente Jammeh não deixasse o poder até 19 de janeiro de 2017. Em 17 de janeiro, Jammeh declarou estado de emergência no país. Dois dias depois, as tropas da CEDEAO foram posicionadas nas fronteiras da Gâmbia.

Em 19 de janeiro de 2017, realizou-se uma cerimônia de posse de Adama Barrow no exílio, em Dacar. As forças da CEDEAO ingressaram no território gambiano e submeteram o país a um bloqueio naval. Em 20 de janeiro, Jammeh concordou em deixar o governo. Partiu para o exílio em 21 de janeiro, inicialmente para a Guiné e, depois, para a Guiné Equatorial. Adama Barrow regressou à Gâmbia em 26 de janeiro de 2017. As forças da Missão da CEDEAO na Gâmbia (ECOMIG, na sigla em inglês) permaneceram no território gambiano para garantir a estabilidade do país.

Ao retornar a Banjul, o Presidente Adama Barrow iniciou processo de reinserção internacional da Gâmbia e de restabelecimento da normalidade institucional, política e econômica do país.

Nas eleições legislativas de abril de 2017, o United Democratic Party (UDP), partido do presidente Adama Barrow, obteve 31 dos 53 assentos em disputa, o que deu ao mandatário boa margem de manobra para levar adiante as reformas que prometera. A APRC, do ex-presidente Jammeh, conquistou somente cinco assentos.

Apesar do fortalecimento político do presidente Adama Barrow nas eleições de 2017, persiste, entre atores locais e regionais, temor de uma possível desestabilização da Gâmbia. Com efeito, em 26 de janeiro de 2020, a capital gambiana foi cenário de protesto contra o governo Barrow, organizado pelo movimento “Three Years Jotna” (3YJ). O movimento conta com partidários do ex-presidente Jammeh e exige que Adama Barrow cumpra promessa de campanha, encerrando seu governo ao cumprir três anos de mandato.

De fato, enquanto ainda concorria à Presidência, Barrow assumira compromisso de exercer um governo de transição, retirando-se após cumprir três dos cinco anos do mandato para o qual seria eleito e convocando novas eleições, às quais não concorreria. Mais recentemente, com o apoio de algumas das correntes da coalizão pela qual se elegeu, propôs-se a cumprir a integralidade de seu mandato, declarando que só deixaria a presidência em 2021.

Entre as medidas implementadas por Barrow estão a reversão da decisão do Presidente Jammeh de transformar a Gâmbia em república islâmica; o retorno do país à Comunidade britânica, concluído em fevereiro de 2018; e a adoção de uma série de compromissos na área de direitos humanos, entre outros.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa gambiana tradicionalmente voltou-se à obtenção de assistência econômica internacional. Laços históricos com a Europa e religiosos com o Oriente Médio (religião islâmica) contribuíram para que o país buscasse no exterior recursos para o desenvolvimento interno. A Gâmbia também procurou, desde a independência (1965) integrar organizações internacionais e regionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Africana (UA), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Ao longo do governo de Dawda Jawara (1965-1994), o país adotou postura de não-alinhamento no contexto da Guerra Fria, mas manteve boas relações com os principais parceiros ocidentais, como o Reino Unido. Contudo, houve retraimento do perfil internacional da Gâmbia após a derrubada de Jawara por Yahya Jammeh, em 1994. Para compensar o relativo isolamento, a Gâmbia buscou reforçar suas relações com países africanos como Egito, Nigéria, Serra Leoa e Libéria e, fora do continente, com parceiros como Cuba.

Com a Constituição de 1996, o Presidente Jammeh logrou superar em boa medida o isolamento inicial, para o que contribuiu também o protagonismo que procurou exercer no plano regional. No governo Jammeh, a Gâmbia assumiu papel ativo na promoção da paz na África Ocidental e chegou a ser membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no biênio de 1998-1999 (coincidindo com a participação do Brasil no mesmo órgão).

Em 2013, Jammeh determinou a saída da Gâmbia da Comunidade britânica, bloco a que o país pertencia desde 1965. O mandatário gambiano justificou o ato afirmando que a Comunidade tinha caráter neocolonial.

A retirada da Gâmbia da *Commonwealth* britânica foi revertida no governo Adama Barrow. Anunciado em fevereiro de 2017, durante visita a Banjul do então Secretário de Estado do Reino Unido para os Assuntos Externos e a Comunidade britânica, Boris Johnson, o processo de reincorporação à *Commonwealth* foi concluído em fevereiro de 2018. A visita de Boris Johnson em 2017 foi a primeira de um Secretário de Estado para Assuntos Externos do Reino Unido à Gâmbia.

Membros das forças armadas gambianas participaram da força enviada por países da África Ocidental à Libéria, durante a primeira guerra civil liberiana, na década de 1990. Forças gambianas participaram, posteriormente, em diversas outras operações de paz, como, por exemplo, na Bósnia, no Kosovo, na República Democrática do Congo (RDC), em Serra Leoa, na Eritreia e no Timor Leste.

Já no século XXI, a Gâmbia contribuiu com 150 soldados para a força da África Ocidental que atuou no contexto da segunda guerra civil liberiana. Em 2004, enviou um contingente de 196 homens à Força de Paz das Nações Unidas em Darfur, Sudão. Atualmente, o país contribui com pessoal militar e civil para a UNAMID (Darfur), a UNAMISS (Sudão do Sul), MINUSCA (República Centro-Africana), a MINUSMA (Mali), a MONUSCO (RDC), a UNTSO (Oriente Médio) e a UNMHA (Iêmen).

As relações com o Senegal constituem o principal eixo da política externa gambiana. À exceção de sua parte litorânea, a Gâmbia é totalmente cercada pelo território senegalês. Mais de 350 mil senegaleses vivem em território gambiano. Entre 1982 e 1989, os dois países formaram a Senegâmbia, confederação estabelecida com o intuito de criar instituições comuns e de promover a integração das Forças Armadas dos dois países.

Gâmbia e Senegal mantêm acordos de cooperação em diferentes áreas, como cultura, economia e comércio, segurança e mobilidade humana, entre outras. Em 21 de janeiro de 2019, foi aberta ao tráfego a Ponte Senegâmbia ou Ponte Trans-Gâmbia, ligando as localidades de Banba Tenda e Yelitenda, ambas em território gambiano, às margens do Rio Gâmbia. Inaugurada conjuntamente pelo Presidentes Adama Barrow e seu homólogo senegalês, Macky Sall, a ponte é considerada estratégica também para o governo do Senegal, uma vez que facilita a conexão entre Dacar e a região de Casamansa, no sul daquele país. Anteriormente, a viagem entre Dacar e Casamansa requeria que se contornasse o território gambiano ou que se atravessasse o Rio Gâmbia em balsas. No contexto da construção da ponte, Gâmbia e Senegal estabeleceram acordos tanto sobre a obra e seu financiamento quanto para regular o tráfego entre os dois países naquela área.

ECONOMIA

A Gâmbia é país pobre em recursos naturais, e seus principais setores econômicos são a agricultura, o turismo e o comércio, principalmente o de reexportação.

De 2017 a 2019, o país registrou aumento no índice de crescimento, que chegou a 6,2% em 2019. Em 2020, o crescimento do PIB decaiu para 0,6%, devido, sobretudo, à emergência sanitária internacional da COVID-19. Desde então o PIB tem crescido, atingido 5,3%, em 2021 e previsão de 6,2% em 2024, de acordo com o FMI.

O essencial das divisas provém da exportação de amendoim, da pesca, do turismo e da remessa de recursos para o país por expatriados. O país importa boa parte de suas necessidades alimentares, a totalidade do combustível e dos bens de equipamento e quase todos os manufaturados que consome. A balança comercial gambiana apresenta déficit estrutural. A renda per capita é de US\$ 775, e o produto interno bruto somou US\$ 1,77 bilhão em 2019. A inflação passou de 5,9% em 2020 para 17% em 2023, com previsão de 15,1% em 2024, também, de acordo com o FMI.

O Governo tem mantido compromisso com a estabilidade macroeconômica. Em 2023, reduziu o déficit fiscal pela metade, atingindo 2,6% do PIB, sobretudo por melhor desempenho na arrecadação, de acordo com dados do Banco Mundial.

O desempenho gambiano tem garantido ao país a manutenção do auxílio do FMI, por meio da Linha de Crédito Ampliado (ECF) do Fundo, que visa ao apoio de médio prazo a países de baixa renda com problemas prolongados do balanço de pagamentos. Em 2019, o FMI aprovou empréstimo de cerca de US\$ 48 milhões para a Gâmbia, sob as condições da ECF.

A economia da Gâmbia é altamente dependente da ajuda financeira externa. Além dos empréstimos do FMI, o país recebeu, ao longo dos anos, sólida ajuda de outros organismos internacionais – em especial da União Europeia, que apoia setores como os de agricultura, educação e construção de estradas.

A agricultura contribui com mais de 20% do PIB e emprega mais de 75% da força de trabalho. Os solos do país, porém, são pobres (apenas 1/6 da terra é arável). Ademais, a produção agrícola permanece muito vulnerável a variações climáticas. Em 2019, por exemplo, a escassez de chuvas fez com que a produção no campo sofresse contração de cerca de 10%. De toda forma, há potencial no setor, dado que menos da metade da terra arável é cultivada e que os produtores carecem de maquinário moderno.

As atrações naturais do país e sua proximidade com a Europa impulsionaram o turismo, que chegou a representar 60% do PIB, em 1994, mas sofreu queda devido à situação política no país e apenas recentemente voltou a se recuperar. Melhorias nas infraestruturas do país (hotéis, estradas etc.) poderiam estimular ainda mais a ida de turistas para a Gâmbia.

A atividade industrial é limitada, centrada no processamento do amendoim e dos produtos da pesca. Em menor escala, inclui também atividades como processamento de

plásticos, produção de bebidas e processamento de alimentos em geral. Responde por cerca de 12% do PIB.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1455	Exploradores portugueses, liderados por Álvaro Fernandes, chegam ao rio Gâmbia, marcando o início do comércio europeu na região.
1618	A Companhia Inglesa das Índias Orientais estabelece uma base comercial no rio Gâmbia.
1765	A Gâmbia torna-se uma colônia britânica, formalmente incorporada ao Império Britânico como parte da Senegâmbia, um território que também incluía partes do atual Senegal.
1807	O comércio de escravos é abolido pelo Reino Unido, afetando significativamente a economia da região.
1848	Abolição da escravatura em todas as colônias francesas, incluindo o Senegal.
1889	Fronteiras da Gâmbia são estabelecidas por meio de acordo entre Reino Unido e França.
1894	A Gâmbia torna-se protetorado britânico.
1965	A Gâmbia alcança a independência do Reino Unido em 18 de fevereiro, com Dawda Jawara como o primeiro-ministro e posteriormente presidente após a adoção do regime republicano em 1970.
1960	O Senegal, juntamente com o Sudão Francês (atual Mali), forma a Federação do Mali, que se desfaz rapidamente. Em 20 de agosto de 1960, o Senegal declara sua independência completa da França. Léopold Sédar Senghor se torna o primeiro presidente.
1982	O Senegal e a Gâmbia formam a Confederação Senegâmbia, que é dissolvida em 1989.
1994	Yahya Jammeh lidera um golpe militar que derruba o governo de Dawda Jawara. Jammeh assume o poder e estabelece um regime autoritário.
1996	Nova Constituição é promulgada; Jammeh é eleito Presidente.
2001–2016	Yahya Jammeh mantém-se presidente por quatro mandatos consecutivos
2016	Adama Barrow vence Yahya Jammeh nas eleições presidenciais. Jammeh inicialmente recusa-se a ceder o poder, mas, sob pressão internacional e regional, exila-se em janeiro de 2017.
2017	Adama Barrow assume a presidência
2021	Adama Barrow é reeleito

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	
1965	Estabelecimento de relações diplomáticas
1992	Presidente Jawara vem ao Brasil para participar da Eco-92.
2005	Presidente Jammeh realiza visita ao Brasil.
2006	Embrapa envia missão técnica à Gâmbia.
2010	O Ministro Gambiano do Planejamento Econômico e Desenvolvimento Industrial vem ao Brasil para participar do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural.

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

Título do Acordo	Data Celebração	Status da Tramitação
Acordo de Cooperação Esportiva entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Gâmbia	09/08/2005	Em Vigor
Acordo sobre Criação de Comissão Mista entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Gâmbia	09/08/2005	Em Vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Gâmbia	09/08/2005	Em Vigor